

**DECLARAÇÃO SOBRE ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PARA OS FINS DO ART. 24 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019**

Nome: _____	CPF: _____		
RG nº: _____	Órgão Expedidor: _____	Data da expedição: ____/____/____	
Endereço: _____	Qd.: _____	Lt.: _____	
nº: _____	Complemento: _____	Bairro: _____	
Cidade: _____	UF: ____	CEP.: _____	Telefone: _____
Celular: ( ) _____	E-mail: _____		

Declaro, sob pena prevista no art. 299 do Código Penal Brasileiro, e em atendimento ao disposto nos §§ 1º e 2º do art. 24 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que:

**1 – RECEBO** pensão por morte neste RPPS ou em outro regime previdenciário:

( ) não

( ) sim – Especificar: \_\_\_\_\_

**2 – RECEBO** pensão decorrente de atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal:

( ) não

( ) sim – Especificar: \_\_\_\_\_

**3 – RECEBO** aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social:

( ) não

( ) sim – Especificar: \_\_\_\_\_

**4 – RECEBO** proventos de inatividade decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal:

( ) não

( ) sim – Especificar: \_\_\_\_\_

**Caso receba quaisquer dos benefícios acima especificados é necessária a juntada de documentação comprobatória (contracheque ou comprovante de rendimentos anual).**

Declaro, ainda, estar ciente que caso haja acumulação de benefícios previdenciários acima especificados, no momento oportuno, haverá a escolha do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte do outro benefício, apurado na forma do § 2º do art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019.

Niterói, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

(Assinatura do requerente, de acordo com o documento de identidade apresentado)

Código Penal Brasileiro.

Artigo 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que vieser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena – Reclusão, de um a três anos, e multa, se o documento é público.